



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 17.509/2025

AVISO

Data de Abertura da Sessão Pública: às 09:00h do dia 06/02/2026, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Objeto: Aquisição de dietas enterais em sistema fechado, suplementos/módulos nutricionais e equipo de bomba de infusão de dietas para atendimento às necessidades assistenciais dos pacientes assistidos pelo Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS) e Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS)

Valor total estimado: R\$ 25.591.632,90 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil e seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos).

SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Itens p/ participação Exclusiva ME/EPP e/ou AMPLA participação? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Margem de preferência? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Marca/Modelo <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Amostra/ Prova de Conceito? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Vistoria/visita? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica

Prazo para envio da proposta/documentação: No mínimo 2 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

Pedidos de esclarecimento: até 03/02/2026 para o endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Impugnações até 03/02/2026 para o endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Prefeitura de Juiz de Fora – MG pelo endereço [www.portaldecompraspublicas](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), selecionando as opções Pesquisa de Processos > Objeto > Processo > Órgão > Pregões.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br -, no site da Prefeitura de Juiz de Fora - https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/selicon/editais/pregao_eletronico/2026/index.php e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2025

Processo Administrativo Eletrônico nº 17.509/2025

Acha-se aberta, na Secretaria de Licitações e Gestão de Contratos - SELICON, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, Critério de Julgamento **menor valor por item**, **Modo de disputa aberto**, para atender demanda da **Secretaria de Saúde**, Unidade Gestora Requisitante responsável pela elaboração e instrução do processo licitatório com os documentos da fase de planejamento, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Decreto Municipal nº 15.635/2022, Decreto Municipal nº 16.962/2025, Decreto Municipal nº 15.857/2023 e demais legislações vigentes.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de dietas enterais em sistema fechado, suplementos/módulos nutricionais e equipo de bomba de infusão de dietas para atendimento às necessidades assistenciais dos pacientes assistidos pelo Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS) e Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS), conforme condições e especificações descritas neste Edital e Anexos, os quais o integram, independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. Todas as especificações, quantitativos, anexos e preços estimado constam do Termo de Referência - **Anexo I** -, parte integrante deste Edital.

1.3. Os itens objeto da licitação são caracterizados como bens comuns, conforme Decreto Municipal nº 15.635, de 07 de dezembro de 2022¹.

1.4. DO COMODATO

1.4.1. A empresa vencedora deverá fornecer em regime de comodato 60 (sessenta) BOMBAS DE INFUSÃO PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, compatíveis com o item 26 da planilha especificada acima (item 4.1 deste Termo), necessárias para uso do equipo bomba de infusão nutrição enteral.

1.4.2. Será formalizado o Termo de Comodato, dada a necessidade de acompanhamento dos critérios de comodato e cuja vigência se limitará à vigência da Ata.

1.4.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado após o término da vigência da Ata, enquanto houver fornecimento da nutrição enteral por parte das empresas vencedoras ou enquanto houver dietas ou equipos em estoque do Serviço de Nutrição Dietética (SND).

1.4.3. A empresa vencedora ficará obrigada a entregar as bombas de infusão dentro de 15 (quinze) dias corridos, após o envio da primeira nota de empenho para o seguinte endereço:

Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS)
A/C Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética
Avenida Barão do Rio Branco, 3408 - Bairro Passos - Juiz de Fora (MG)





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Departamento de Gestão de Demandas Especiais - DGDE/SSPGES/SS

Rua Halfeld, 1400, Paineiras, 36016-015 - Juiz de Fora MG

1.4.4. A empresa vencedora é a responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal do objeto em comodato, pelo prazo da vigência da ata, obrigando-se a substituí-lo, sem nenhum ônus às unidades demandantes, devendo a empresa se responsabilizar por trocas em caso de defeitos, além de providenciar manutenção e calibração, caso necessário.

1.4.5. A licitante vencedora deverá realizar o empréstimo de equipamento e/ou instrumental similar, caso haja necessidade de reparos com prazo igual ou superior à 30 (trinta) dias, ou encaminhamento do equipamento em comodato para manutenção nas instalações do fabricante ou de seu representante.

II – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FUNTE DE RECURSO
HPS/SS			
DGDE/SSPGES/SS	10.303.0003.2288.7014	339030	1.500.009907 1.500.009908

2.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

III - DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **Portal de Compras Públicas** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. O cadastro deverá ser feito pelo licitante no Portal de Compras Públicas, acessando o sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Portal de Compras Públicas** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.1. Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, e que estejam com Credenciamento regular no **Portal de Compras Públicas**.

4.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no **subitem 9.9.6**.

4.3. Será permitida a participação de licitantes em consórcio, devendo serem observadas as normas estabelecidas pelo Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as condições deste Edital.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.1.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.1.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.5. Que estejam sob falência, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.6. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.7. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5.546/1978).

4.5. Como Condição para Participação, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **Declarações**:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5.9. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio de proposta, assim como dos documentos de habilitação, quando solicitados pelo Pregoeiro, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. O licitante deverá apresentar a documentação de habilitação em campo próprio no sistema, a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. O Pregoeiro não poderá estabelecer prazo inferior a **2 (duas)**





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

horas para a apresentação da documentação.

5.9. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.10.1.1. Valor unitário do item proposto;

5.10.1.2. Marca do objeto ofertado, quando for o caso;

5.10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias corridos**.

5.10.6. Os preços unitários ofertados pelos proponentes na proposta final não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora, considerados esses como preços unitários máximos a serem aceitos.

VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não atendam ao especificado no Art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, e/ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.4. No caso de diligência, será disponibilizado no sistema um campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** de processamento do certame, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM** de acordo com o especificado no **Anexo I – Termo de Referência**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.16. No caso de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em **2º (segundo) lugar** for de pelo menos **5%** (cinco por cento), o Pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.17.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem de classificação segundo o critério de julgamento adotado.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.22.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

6.22.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.22.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme legislação vigente.

6.24. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentam lances sucessivos e decrescentes. Se, ao final da disputa, houver propostas iguais (sem novos lances subsequentes) ou lances finais iguais após a fase fechada (no modo combinado: aberto e fechado), poderá haver empate.

6.24.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.24.2. Para fins do **item 6.24.1**, o Pregoeiro poderá abrir diligências para solicitar a documentação dos licitantes empatados, nos moldes do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.24.3. Persistindo o empate após esgotados os critérios do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

6.25.4. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.25.5. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexecutável.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **30 (trinta) minutos**, sob pena de não aceitação da proposta.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

7.9.1. Antes de concluir pela aceitabilidade dos itens, o HPS/SS se reserva no direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica.

7.9.1.1. Da necessidade de exigência de amostras:

- a) As amostras serão exigidas com o objetivo de avaliar a composição do produto, conferindo se este atende às exigências do edital, bem como quanto a compatibilidade de acordo com o resultado do processo licitatório.
- b) Objetiva-se ainda verificar a solubilidade do produto, diluição, rendimento e palatabilidade dos suplementos e módulos orais, visto que são de consumo oral para diversas faixas etárias.
- c) Verificar as características organolépticas do produto, sendo estas propriedades importantes para a avaliação do estado de conservação de alimentos e produtos destinados ao consumo humano, principalmente para enfermos.
- d) Verificar a embalagem e rotulagem do produto de acordo com o identificado no processo licitatório e conforme as recomendações da ANVISA.

7.9.2. A entrega das amostras deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis, após solicitação do HPS, no mesmo endereço indicado no item **12.2.1** do Termo de Referência – Anexo I.

7.9.3. Quando solicitado, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar a(s) amostra(s) do item cotado devidamente identificada(s) quanto ao número do processo, nome da empresa e o número do item a que se refere.

7.9.4. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser apresentada(s) em quantidade adequada e em embalagem original de fábrica, com as mesmas especificações do item a ser fornecido, obedecendo à legislação pertinente no que tange às suas especificações físicas, químicas, biológicas, microbiológicas, bem como de nomenclatura, acondicionamento, rotulagem, embalagem e de segurança.

7.9.5. Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço citado no item **12.2.1** do Anexo I – Termo de Referência, o licitante deverá enviar o código de rastreamento referente ao envio/postagem da citada amostra para o endereço do e-mail nutricaohps@pjf.mg.gov.br

7.9.6. Este prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa aceita pelo HPS/SS desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo contido no item anterior quando o código de rastreamento também deverá obrigatoriamente ser enviado para o endereço de e-mail nutricaohps@pjf.mg.gov.br.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.9.6.1. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) Nome da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Itens postados;
- d) Telefone para contato;
- e) Número do Pregão;
- f) Data da postagem.

7.9.7. A Coordenação de Nutrição do HPS/SS se reserva ao direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, folders e/ou manual de qualquer item cotado, de qualquer empresa participante do processo, obedecendo à ordem de classificação, para aferir se os materiais/medicamentos propostos atendem as especificações contidas no Edital.

7.9.8. A metodologia de avaliação técnica consiste de etapas que estão descritas abaixo:

7.9.8.1. Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes à licitante e ao produto, bem como se a proposta apresentada atende ao Edital. Inclui-se nesta etapa a necessidade de apresentação de documentos em cumprimento a alguma norma regulamentadora (como resolução da ANVISA ou Certificado de Aprovação – CA) relativa àquele material e em caso afirmativo, se o item ofertado a atende;

7.9.8.2. Verificar se a amostra enviada atende ao descritivo do Edital, bem como se corresponde à proposta apresentada;

7.9.8.3. Avaliar tecnicamente a amostra no que tange à qualidade, se o objetivo de uso será alcançado sem prejudicar o paciente e o usuário e sem comprometer a técnica, dentre outros pontos;

7.9.8.4. Verificar se o item ofertado possui alguma restrição na ANVISA (De acordo com a legislação e normas vigentes), ou se o item/produto não se adapta ao uso cotidiano no HPS/SS (Mediante as especificidades de cada setor). Dessa forma, o não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação;

7.9.8.5. Visando garantir que os suplementos sejam seguros e eficazes para o consumo dos pacientes, além de minimizar desperdícios e otimizar os recursos, os suplementos e módulos orais serão avaliados pela unidade requisitante, que verificará a palatabilidade, aplicabilidade e o rendimento dos produtos.

7.9.8.6. O licitante que deixar de cumprir o prazo de envio das amostras indicado acima será automaticamente desclassificado deste processo licitatório;

7.9.8.7. A quantidade mínima das amostras de cada item deverá ser de 2 (duas) unidades, destinando-se 1 (uma) unidade para avaliação técnica e 1 (uma) unidade para comparação com o item correspondente, no momento da sua respectiva entrega.

7.9.8.8. As amostras exigidas para avaliação não serão devolvidas posteriormente.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.11. Os licitantes terão o direito de interpor recurso, no prazo legal que será comunicado pelo Pregoeiro na sessão pública, nos termos do **item X – Do Recurso - do Edital**.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

VIII – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

IX – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.1.7. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura.

9.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Portal de Compras Públicas**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, a respectiva documentação atualizada.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. Documentos que deverão ser apresentados relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.9.1. Cédula de Identidade e Registro comercial, no caso de empresário individual;

9.9.2. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

9.9.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.9.3.1. A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

9.9.4. A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

9.9.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.9.6. As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

9.9.6.1. Ato constitutivo;

9.9.6.2. Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

9.9.6.3. Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

9.9.6.4. Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

9.9.6.5. Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

9.9.6.6. Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

9.9.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

9.10. Documentos que deverão ser apresentados relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.10.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.10.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

9.10.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

9.10.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Fora/MG.

9.10.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.10.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.10.6.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

9.10.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.10.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

9.11. Documentos que deverão ser apresentados relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.11.1. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.11.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável A Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)

ILG maior ou igual a 1(um)

9.11.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

9.11.3.1. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.11.3.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

9.11.4. O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

9.11.5. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

9.11.5.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

9.11.6. A ausência da certidão negativa de falências não deve implicar na imediata inabilitação do licitante, devendo o pregoeiro ou a comissão de licitação atestar a capacidade econômico-financeira do licitante por meio de diligências.

9.11.7. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11.7.1. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.11.8. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.12. Documentos que deverão ser apresentados relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.12.1. Alvará Sanitário vigente, devidamente atualizado e válido, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal da sede da empresa, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer, nos termos do item 4.4.1 da Portaria 272, de 8 de abril de 1998².

9.12.1.1. Caso o Alvará Sanitário esteja VENCIDO, a empresa deverá apresentar a certidão de registro vencida e o respectivo pedido de revalidação junto ao órgão responsável.

9.12.2. Registro ou Notificação Simplificada ou Certificado de Dispensa de Registro, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme disposições da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, devendo ser apresentado de forma legível e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de cópia autenticada do registro na Anvisa, publicado no Diário Oficial da União (DOU), grifando o número relativo a cada produto cotado, ou cópia emitida eletronicamente pelo sítio da ANVISA.

9.12.2.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, nos termos e prazos estabelecidos pela legislação vigente, acompanhada de cópia do registro vencido, sendo que a não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado, ou Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária para os itens em que essa documentação se aplique.

9.12.3. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido por órgão Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

9.12.4. Os números de Registros/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

9.12.5. Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para o HPS/SS, caso o mesmo não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos, caso a proponente seja vencedora do certame.

9.13. DAS DEMAIS DECLARAÇÕES:

As demais declarações exigidas serão apresentadas através do sistema do Portal de Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema conforme descrito na Cláusula IV – Das Condições de Participação -, item 4.5 deste Edital.

9.14. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

9.15. Não serão aceitos pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos no presente Edital e nem documentos com prazo de validade vencido, ressalvados os casos admitidos pela legislação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.16. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

9.17. O pregoeiro poderá, na análise e julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, na forma do § 1º do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DO RECURSO

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o licitante poderá apresentar recurso, **em campo próprio do sistema**.

10.1.1. É necessária a **manifestação da intenção de recorrer**, tanto em face do julgamento das propostas, quanto em vista do julgamento da habilitação. Sendo que as razões recursais deverão ser apresentadas depois da conclusão da habilitação/declaração do vencedor.

10.1.2. A **intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

10.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

10.3. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.3.1. Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10.7. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XII - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, SANEAMENTO, REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação da licitação, não havendo interposição de recurso ou exauridos os recursos apresentados, o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório à autoridade superior que poderá adotar uma das medidas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.1. A autoridade competente adjudicará e homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

12.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços (ARP), para que, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito de registrar preço, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e daquelas dispostas em lei. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria para assinatura.

12.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Unidade Requisitante.

12.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.5. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro de Preços encaminhado para os contatos/endereços eletrônicos informados na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

12.6. A detentora da ARP se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, ou ainda, realizar nova licitação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.8. O fornecimento do objeto será formalizado pela emissão da Nota de Empenho/Autorização de Compra, ou por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8.1. O Detentor da Ata de Registro de Preços terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente ao Termo de Contrato, conforme o caso (Nota de Empenho/Autorização de Compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e daquelas dispostas em lei.

12.8.1.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do promitente fornecedor e aceita pela Administração.

12.8.2. O Aceite da Nota de Empenho/Autorização de Compra, emitida à empresa promitente fornecedora, implica no reconhecimento de que:

12.8.2.1. referida Nota de Empenho/Autorização de Compra está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.8.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, Termo de Referência e seus anexos;

12.8.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

XIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de **12 (doze) meses**, a partir da data da sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

13.1.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.1.2. Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente.

13.3. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

13.5. O detentor do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13.6. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas detentoras do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

13.7. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas detentoras que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Edital, Termo de Referência e da própria Ata de Registro de Preços.

13.8. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

13.8.1. Nos termos do Artigo 13 do Decreto Municipal nº 15.857/2023, é prevista a formação de cadastro de reserva pelos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor.

13.8.1.1. A classificação dos integrantes do cadastro de reserva obedecerá à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas ou do resultado final da fase de lances.

13.8.2. A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva ocorrerá quando:

- a) O licitante vencedor for convocado e não assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) no prazo e condições estabelecidos, e
- b) Houver cancelamento total ou parcial do registro de preços do licitante detentor da ARP.

13.8.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e eventual solicitação de apresentação de amostra será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

XIV - DO PREÇO REGISTRADO, DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado.

14.2. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos detentores do registro de preços.

14.2.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado

14.2.1.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.2.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no **§ 2º do art. 14, do Decreto Municipal nº 15.857/2023.**

14.2.1.3. Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **art. 25, inciso IV, do Decreto Municipal nº 15.857/2023**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

14.2.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

14.3. A unidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos casos previstos no **art. 25 do Decreto Municipal nº 15.857/2023**:

14.3.1. A notificação do órgão ou da entidade gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no Diário Oficial do Município - DOM.

14.3.2. A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado, por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

14.3.3. O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem.

14.3.4. O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

XV – DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.2. As Unidades Requisitantes atestarão, no documento fiscal correspondente, a conferência do fornecimento nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade das Unidades Requisitantes, seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n. 14.133/21.

15.4. Os representantes das Unidades Requisitantes anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

XVI – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. O prazo de entrega dos objetos será de 15 (quinze dias) corridos após requisição da unidade demandante, em QUANTITATIVOS TOTAIS OU PARCELADOS, conforme solicitação da Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do HPS/SS e do DGDE/SSPGES/SS.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

16.2. Os locais de entrega dos itens são:

16.2.1. **Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS)** - A/C Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética - Avenida Barão do Rio Branco, 3408 - bairro Passos - Juiz de Fora (MG) - Horário para entrega: De segunda a sexta-feira, das 08h às 18h - Agendamento prévio pelo telefone (32) 3690-8117;

16.2.2. Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS) - Rua Halfeld, 1400, Paineiras, 36016-015 - Juiz de Fora MG.

16.3. Os objetos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, conforme especificado, a fim de não sofrer variações na estrutura durante o transporte.

16.3.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) com a(s) embalagem(ns) em perfeito estado e nas condições de temperatura exigidas no rótulo.

16.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser retirados e substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.4.1. Caso a rejeição ocorra no ato da entrega, o fornecedor deverá providenciar a imediata remoção dos materiais/dietas e/ou suplementos rejeitados.

16.5. A entrega dos materiais pelo fornecedor e o recebimento pelos departamentos não implica em sua aceitação.

16.5.1. O material, mesmo que tenha sido entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a preexistência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do mesmo.

16.5.2. Será de responsabilidade do fornecedor, o recolhimento de produtos por determinação da ANVISA.

16.5.3. O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da má execução do contrato ou por vícios ocultos que venham a ser descobertos posteriormente.

16.6. A dieta e o suplemento fornecido deverão apresentar validade mínima de 06 (seis) meses, contados a partir do dia da entrega às unidades demandantes.

16.7. As empresas licitantes não poderão apresentar dietas enterais em quantidades menores do que as quantidades solicitadas e estabelecidas no Termo de Referência.

16.8. Deverá constar na nota fiscal, emitida em 02 (duas) vias, o(s) número(s) do(s) lote(s), validade(s), quando for o caso, a marca do(s) material(is)/medicamento(s) que estão sendo entregues, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência. O não cumprimento acarretará na recusa do recebimento.

16.9. Se no ato da entrega das dietas e/ou suplementos a nota fiscal/fatura não for aceita pela unidade demandante devido à irregularidade em seu preenchimento, ela será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

16.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

16.11. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e fornecimento dos produtos, a empresa deverá fornecer os documentos abaixo listados sempre que solicitados pela contratante:

1. Alvará sanitário vigente, expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede do licitante. Estando o Alvará Sanitário vencido, deverá ser comprovada a solicitação de renovação junto ao respectivo órgão de vigilância. Caberá ao licitante provar que está exercendo atividade comercial em conformidade com a legislação sanitária de sua localidade;

2. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido por órgão Estadual ou Municipal, da sede do licitante;

3. Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no Diário Oficial da União (DOU), grifando o número relativo a cada produto cotado ou Cópia emitida eletronicamente pelo sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

16.12. Não serão recebidos materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas.

16.13. Os materiais deverão apresentar nas embalagens: data de fabricação, data de vencimento e número de lote.

16.14. Os materiais com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.

16.15. A aceitação de entrega do produto com validade abaixo do exigido ficará condicionado à avaliação técnica do demandante de acordo com a avaliação do estoque do produto no momento.

16.16. Nos casos em que o licitante vencedora não puder atender com a marca do produto vencedor do certame, deverá encaminhar uma solicitação de troca de marca para análise do setor demandante.

16.17. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido.

16.18. Não será aceito imposição de faturamento mínimo na proposta.

16.19 Não será permitida a subcontratação de serviços ou fornecimentos objeto do Termo de Referência, sem a prévia autorização por escrito da contratante.

16.19.1 Caso seja identificada qualquer forma de subcontratação não autorizada, a contratante reserva-se o direito de rescindir o contrato e aplicar as penalidades cabíveis.

XVII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1. Da Unidade Requisitante Contratante:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução do objeto, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento.

17.1.2. Conferir se o objeto entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.

17.1.3. Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.1.4. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução do objeto e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

17.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

17.1.7. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Edital.

17.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

17.2. Da Sociedade Empresária Contratada:

17.2.1. Executar, pelo preço contratado, o objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

17.2.2. Executar o objeto especificado na **autorização de compra/nota de empenho**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Edital.

17.2.3. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

17.2.4. Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.2.5. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto fornecido, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

17.2.6. Comunicar imediatamente a Unidade de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

17.2.7. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

17.2.8. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

17.2.9. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2.10. Todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação dos equipamentos em comodato) serão de responsabilidade da licitante vencedora sem ônus.

17.2.11. A contratada deverá fornecer produtos que obedecem as normas vigentes da ANVISA, tais como:

17.2.11.1. RDC 243/2018 (Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares);

17.2.11.2. IN 28/2018 (Dispõe sobre as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares);

17.2.11.3. IN 281/2024 (Estabelece a forma de regularização das diferentes categorias de alimentos e



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

embalagens, e a respectiva documentação que deve ser apresentada);

17.2.11.4. RDC 843/2024 (Dispõe sobre a regularização de alimentos e embalagens sob competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) destinados à oferta no território nacional).

17.2.12. Substituir o produto fornecido, sem ônus para o HPS/SS, caso o mesmo não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

XVIII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações estabelecidas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. O Contratado que cometer qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa administrativa, calculada conforme previsão do art. 156, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, aplicada nos casos previstos no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicada nos casos previstos no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

18.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de **atraso** no fornecimento, a título de **multa moratória**, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis.

18.3.1.1. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida.

18.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

18.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da Contratada; e sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.4. A sanção estabelecida no **item 18.2**, “d” será precedida de análise jurídica e observará as regras previstas no art. 156, § 6º, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do **item 18.2** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6.1. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua Notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

18.7. A aplicação das sanções previstas no **item 18.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.8. Na aplicação da sanção prevista no **item 18.2, alínea “b”**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.9. As multas previstas neste instrumento não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a Contratada de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.10. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

18.11. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

18.12. A aplicação das sanções previstas no **item 18.2, alíneas “c” e “d”**, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, sendo observados conforme o caso o Art. 158, § 1º ao § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.15. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

18.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

18.17. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.18. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da **autoridade gestora da despesa**, nos termos do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.19. A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:

- a) a natureza e a gravidade da conduta do infrator,
- b) as peculiaridades do caso concreto,
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes,
- d) o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.20. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no Capítulo VIII - Das Hipóteses de Extinção dos Contratos, art. 137-139 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

XIX – DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64**, observado o disposto no **art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

19.2. O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura com o devido atesto e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil (DOFIC/SSPGES/SS), creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (banco/ag./conta corrente/localidade), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante.

19.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em moeda corrente do país, e, obrigatoriamente estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, nos termos do art. 140, I, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o Contratante deverá comunicar ao Contratado para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

19.2.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

19.2.5. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a administração autorizada a não efetuar o pagamento, em sua integralidade, fazendo-o somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

19.3. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta, de forma *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

19.5. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem anterior, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

19.9.1. Para a hipótese definida no item anterior, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do Município.

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

XX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

20.3. Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por aquele que tem poderes de representação com login e senha no sistema de operacionalização do certame.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

21.10. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.10.1. A anulação da licitação induz à extinção do contrato.

21.10.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.11. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

21.12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.12.1. Para os propósitos do item 21.12, definem-se as seguintes práticas:

a) Prática Corrupta: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) Prática Fraudulenta: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) Prática Concertada: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) Prática Coercitiva: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) Prática Obstrutiva: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.14. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/SELICON pelo e-mail cpl@pjf.mg.gov.br ou pelo telefone: (32) 3690-8188/8187**, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

21.14.1. Informa-se aos interessados que qualquer divergência entre as especificações do Edital e seus anexos, prevalecerá a especificação constante de seus anexos, considerando que são os documentos técnicos encaminhados pela Unidade Gestora Demandante, responsável pela elaboração e instrução do processo licitatório com os documentos da fase de planejamento, conforme Lei Federal nº 14.133/2021

21.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **SELICON/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

21.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

21.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Orçamento Estimado (*em arquivo digital anexo*);

Anexo I.I – Laudo de Análise das amostras;

Anexo I.II - Minuta Contrato de Comodato de Equipamento

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo III - Termo de Autorização de Compra.

Juiz de Fora-MG, data da assinatura eletrônica,

(*Gestor da Unidade Requisitante*)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2025

Processo Administrativo Eletrônico nº 17.509/2025

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

(em arquivo digital anexo)

OBS.: Os itens cujo valor estimado é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será de participação exclusiva para ME's e EPP's, em cumprimento ao disposto no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e também art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2025

Processo Administrativo Eletrônico nº 17.509/2025

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº / 20.....
 Processo Administrativo Eletrônico nº/.....
 Pregão Eletrônico nº/20.....
VALIDADE: 12 (doze) meses.

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da Subsecretaria de Licitações e Compras (SSLICOM/SELICON), vinculada à Secretaria de Licitações e Gestão de Contratos (SELICON), neste ato representado por seu Subsecretário, Sr., doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida, nº., CNPJ nº., pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº., R.G. nº., doravante denominada **DETENTORA PROMITENTE FORNECEDORA**, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº/20.....**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do **processo administrativo próprio nº/20.....**, e obedecidas as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 15.857/2023, firmam a presente **Ata de Registro de Preços**, nas condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem como objeto futura e eventual **aquisição de**, conforme especificações constantes do Termo de Referência **Anexo I** do Edital do Pregão Eletrônico nº/20....., que integra o Processo Administrativo nº/20..... e o presente instrumento, independentemente de transcrição, por ser de conhecimento das partes, para atender demanda dos órgãos participantes, doravante denominados(s) **Unidade(s) Requisitante(s)**.

1.2. Os preços da Promitente Fornecedora encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd. máxima	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

1.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

1.4. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº/20.....**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

1.4.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor detentor da ata de registro de preços, penalidades e demais condições do ajuste, a garantia, o pagamento, encontram-se definidos no instrumento convocatório (Edital) e Termo de Referência que embasaram a licitação, proposta do detentor, Nota de Empenho/Autorização de Compra e eventuais anexos dos documentos citados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.5. As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas, pelo gerenciador, entre os participantes do procedimento para registro de preços, quando houver.

1.5.1. Caberá ao gerenciador autorizar o remanejamento, com a transferência dos quantitativos entre os participantes, desde que haja anuência daquele que vier a sofrer a redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município - DOM, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente.

2.4. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho do Detentor do Registro de Preços na execução das obrigações anteriormente assumidas.

2.6. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa detentora ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados, observadas as condições do Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, propostas e demais legislação vigente.

CLÁUSULA III – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

3.2. A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações para controle do saldo.

3.2.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA IV - DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, pela emissão da Nota de Empenho/Autorização de Compra, ou por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Face ao disposto no art. 95, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21, cada Autorização de Compra/Nota de Empenho conterá, sucintamente, os elementos descritivos previstos no art. 92 da Lei nº 14.133/21.

4.3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.3.1. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial, as consignadas na **Cláusula XVIII do Edital** da Licitação que são do conhecimento das partes.

CLÁUSULA V - CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO

5.1. O fornecimento do objeto de que trata esta ARP obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

5.2. O fornecimento do objeto de que trata esta ARP será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “Termo de Autorização de Compra”, que será entregue à empresa detentora que tiver seu preço registrado, após aquiescência do Órgão Gerenciador.

5.3. A contratação somente estará caracterizada após o recebimento do “Termo de Autorização de Compra”, devidamente acompanhado da competente Nota de Empenho.

5.4. A empresa detentora que tiver seu preço registrado se obriga a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no certame.

5.5. A aceitação do objeto pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa detentora por vícios de quantidade ou qualidade, ou disparidade com as especificações estabelecidas no Edital e/ou Termo de Referência, ainda que verificados posteriormente.

5.6. Será de responsabilidade do Detentor que tiver seu preço registrado o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital ou do Termo de Referência e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

5.7. O inadimplemento de qualquer item do Edital – ou do Termo de Referência – ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas nos aludidos instrumentos.

CLÁUSULA VI - DO PREÇO REGISTRADO, DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos detentores do registro de preços.

6.2.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado

6.2.1.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no **§ 2º do art. 14, do Decreto Municipal nº 15.857/2023.**

6.2.1.3. Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **art. 25, inciso IV, do Decreto Municipal nº 15.857/2023**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa detentora da ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o detentor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do fornecimento do produto.

6.3. A unidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos casos previstos no **art. 25 do Decreto Municipal nº 15.857/2023:**

6.3.1. A notificação do órgão ou da entidade gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no Diário Oficial do Município - DOM.

6.3.2. A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado, por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

6.3.3. O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem.

6.3.4. O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

CLÁUSULA VII - DO CADASTRO DE RESERVA

7.1. O Cadastro de Reserva será constituído pelos proponentes que aceitarem cotar os bens em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiverem sua proposta original.

7.2. A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

7.3. A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes, na forma do **art. 13 do Decreto Municipal nº 15.857/2023.**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência (ou Projeto Básico), convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.5. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços; ou
- b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas na legislação e nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VIII - FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Quanto às atribuições e responsabilidades do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e não participantes desta Ata de Registro de Preços serão observados os arts. 3º, 4º e 5º do Decreto Municipal nº 15.857/2023 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Integram esta Ata o Edital, o Termo de Referência, e a proposta de preço da proponente detentora promitente prestadora.

E por estarem assim acordados, assinam esta Ata de Registro de Preços os representantes das partes, para que produza seus regulares efeitos;

Juiz de Fora - MG, data da assinatura da eletrônica.

Subsecretário(a) de Licitações e Compras
EMPRESA
Representante Legal
DETENTORA / PROMITENTE FORNECEDORA/PRESTADORA

Processo nº _____





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2025

Processo Administrativo Eletrônico nº 17.509/2025

ANEXO III - Minuta - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Objeto:, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus Anexos, **na Ata de Registro de Preços nº**, todos oriundo do Processo Licitatório nº/20.....

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº, através da (UG) neste ato representada pelo seu Sr., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZA** a entrega dos materiais abaixo especificados, que serão fornecidos pela empresa Detentora do Registro de Preços, sediada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS:

Item	Especificações	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Valor Total da contratação acima especificada: R\$

Prazo para entrega:

Local para entrega:

Forma de Pagamento:

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compra, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº

_____ UG (.....)

De acordo: Empresa

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº/..... emitida em favor de minha empresa em ___/___/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº/20....., **Ata de Registro de Preços nº**, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compra, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora,..... de de 20.....

Empresa: _____

CNPJ: _____

.....

Assinatura, qualificação e carimbo



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C5A5-FB45-264E-560E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SILVIA MENDES DE OLIVEIRA (CPF 453.XXX.XXX-04) em 23/01/2026 11:49:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/C5A5-FB45-264E-560E>

PREGÃO ELETRÔNICO nº 145/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 17.509/2025

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. ENTE REQUISITANTE

1.1. Secretaria de Saúde (SS)

2. OBJETO

2.1. Registro formal de preços visando futura e eventual **aquisição de dietas enterais em sistema fechado, suplementos/módulos nutricionais e equipo de bomba de infusão de dietas para atendimento às necessidades assistenciais dos pacientes assistidos pelo Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS) e Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS)**, pelo período de 12 (doze) meses, através do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e do Decreto do Executivo 15.857, de 17 de abril de 2023¹.

2.1.1. O prazo de vigência, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Deverá ser realizado procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, com vistas a assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

2.3. Os itens objeto da licitação são caracterizados como bens comuns, conforme Decreto Municipal nº 15.635, de 07 de dezembro de 2022².

3. JUSTIFICATIVA

Trata-se de previsão de consumo de dieta enteral em sistema fechado, suplementos/módulos nutricionais e equipos de bomba de infusão de dietas, que deverão ser utilizados por pacientes em terapia nutricional internados no Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS) e por pacientes contemplados por ordem judicial, através do Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS).

A Terapia Nutricional consiste no conjunto de ações terapêuticas que visam à manutenção ou à recuperação do estado nutricional dos pacientes hospitalizados, influenciando diretamente na evolução clínica desses.

¹ Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Juiz de Fora conforme a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/arquivos/Decreto15857-2023.pdf>

² Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de Juiz de Fora e dá outras providências. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/arquivos/Decreto15635_2022.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

A Terapia Nutricional abrange um conjunto de ações terapêuticas voltadas à manutenção e recuperação do estado nutricional de pacientes hospitalizados, exercendo impacto direto na evolução clínica. Seus principais objetivos incluem a prevenção e combate à desnutrição, a melhoria do sistema imunológico, o estímulo à cicatrização, a coordenação da resposta orgânica aos tratamentos cirúrgicos e clínicos, além da prevenção e tratamento de complicações infecciosas. Esses benefícios contribuem para a redução da mortalidade, a diminuição do tempo de internação hospitalar e, conseqüentemente, para a redução dos custos hospitalares.

O HPS/SS é uma instituição de referência no atendimento de urgências e emergências clínicas e cirúrgicas, especialmente em casos de politraumatismos, oferecendo assistência tanto para demandas espontâneas (atendimento “porta aberta”) quanto referenciadas.

O Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do HPS tem como missão fornecer alimentação nutricionalmente equilibrada, segura e adequada, por via oral e/ou enteral, a fim de prevenir, recuperar e manter a saúde dos pacientes. O SND é responsável pelo fornecimento de dietas enterais, módulos calóricos, proteicos e suplementos nutricionais, garantindo o suporte nutricional conforme diretrizes e protocolos validados.

O Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS) possui a necessidade de atender pacientes amparados por ordem judicial, bem como pacientes assistidos pelo Programa Municipal de Nutrição Enteral e Oral – PMNEO/SS.

Diante disso, a Terapia Nutricional desempenha um papel vital no tratamento dos pacientes assistidos pelo HPS/SS e pelo DGDE/SSPGES/SS, uma vez que o estado nutricional adequado contribui significativamente para a redução do tempo de internação. Portanto, a aquisição de dietas enterais e suplementos nutricionais é essencial para assegurar o suporte nutricional necessário a todos os pacientes atendidos.

O HPS/SS mensurou o quantitativo dos produtos a serem adquiridos baseado na estimativa de pacientes internos atendidos pela Coordenação do SND/HPS e suas necessidades nutricionais específicas.

O DGDE/SSPGES/SS calculou do quantitativo baseado no consumo utilizado do PE nº 040/2024, considerando aumento no uso das fórmulas mais expressivas, realidade atual de consumo do PMNEO e dos pacientes judicializados, e que o novo certame deve ser considerado como medida de apoio para situações de eventual falta de expediente próprio.

A organização de novo procedimento licitatório justifica-se pelo vencimento das Atas de Registro de Preços referentes ao Pregão Eletrônico nº 40/2024, cuja validade expirou em 11 de setembro de 2025.

A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pelos seguintes pontos:

- Economia de Recursos: Permite a aquisição dos itens por preços competitivos, resultando em economia para a administração pública;

- Agilidade nas Compras: Facilita e agiliza os processos de compra, pois os preços já foram previamente registrados e negociados;

- Transparência: Garante transparência no processo de licitação e na gestão dos preços, contribuindo

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

para a integridade e eficiência da administração pública;

- Flexibilidade: Permite a aquisição dos itens conforme a necessidade, sem a necessidade de realizar novas licitações a cada compra, além da impossibilidade na definição prévia do quantitativo a ser demandado, o que ocorre em razão das características da Unidade Requisitante;
- Planejamento: Facilita o planejamento orçamentário, pois os preços estão previamente definidos e podem ser considerados no planejamento financeiro.
- Redução de Processos Administrativos: Os processos de licitação são realizados de forma mais eficiente e centralizada.
- Melhoria na Qualidade: Pode incentivar a participação de fornecedores qualificados, contribuindo para a aquisição de itens de melhor qualidade.
- Controle de Preços: Permite um melhor controle sobre os preços pagos pela administração pública, evitando superfaturamento e garantindo preços justos.

O critério de julgamento foi definido pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo em vista que este termo de referência contempla diferentes produtos com suas características próprias, possibilitando desta forma ampliar a competitividade do certame com a participação de vários fornecedores, e consequentemente, proporcionando maior viabilidade de economia para Administração Pública.

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1. Especificação e valores estimados – Dietas Enterais -:

OBS.: Os itens cujo valor estimado é inferior a **RS 80.000,00** (oitenta mil reais), será de participação exclusiva para ME's e EPP's, em cumprimento ao disposto no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e também art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Item	Netdein	Descritivo	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
1	489500328	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, nutricionalmente completa, polimérica, normocalórica (0,9 A 1,2 Kcal/ml) e normoproteica (de 10% a 20% do VCT), sem adição de fibras. Isenta de sacarose e glúten. Que atenda a 100% da IDR em até cerca de 1,0 litro para vitaminas e minerais. Embalagem de 1000 ml	Litro	2410	10000	12410	6205	R\$ 54,44	R\$ 675.600,40
2	489500293	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (1,5 Kcal/ml), normoproteica (de 10% a 20% do VCT), sem adição de fibras. Isenta de sacarose e glúten Embalagem de 1000 ml.	Litro	1200	37500	38700	19350	R\$ 64,37	R\$ 2.491.119,00



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025
SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

Item	Netdein	Descritivo	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
3	489500330	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (1,5 Kcal/ml), normoproteica (de 10% a 20% do VCT), com adição de fibras solúveis e insolúveis. Isenta de sacarose e glúten. Embalagem de 1000 ml.	Litro	1200	-	1200	600	R\$ 90,36	R\$ 108.432,00
4	489500331	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (de 1,5 Kcal/ml a 2,0 Kcal/ml), hiperproteica (com quantidade igual ou superior a 20% do VCT), sem adição de fibras. Isenta de sacarose e glúten. Embalagem de 1000 ml.	Unidade	4500	-	4500	2250	R\$ 78,68	R\$ 354.060,00
5	489500075	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (de 1,5 Kcal/ml a 2,0 Kcal/ml), hiperproteica (com quantidade igual ou superior a 20% do VCT), com adição de fibras solúvel e insolúvel. Isenta de sacarose e glúten. Embalagem de 1000 ml.	Litro	1200	-	1200	600	R\$ 110,20	R\$ 132.240,00
6	489500016	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (de 2,0 Kcal/ml), hiperproteica (com quantidade igual ou superior a 20% do VCT), sem adição de fibras. Isenta de sacarose e glúten. Embalagem de 500 a 1000 ml.	Litro	5085	-	5085	2542	R\$ 145,63	R\$ 740.528,55
7	489500143	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, específica para cicatrização de feridas nutricionalmente completa, polimérica, hiperproteica (com quantidade igual ou superior a 20% do VCT). Isenta de sacarose e glúten. Com adição de arginina e fibras. Embalagem de 1000ml.	Litro	1200	4000	5200	2600	R\$ 132,44	R\$ 688.688,00
8	489500333	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, polimérica, específica para pacientes diabéticos e/ou com hiperglicemia. Nutricionalmente completa, normocalórica (0,9 a 1,2 Kcal/ml), proteínas (de 10% a 20% do VCT), com adição de fibras. Sem sacarose e glúten Que atenda a 100% da IDR em até cerca de 1,0 litro para vitaminas e minerais. Embalagem de 1000 ml.	Litro	1460	4000	5460	2730	R\$ 67,16	R\$ 366.693,60



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025
SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

Item	Netdein	Descritivo	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
9	489500295	Nutrição enteral líquida, sistema fechado, polimérica, específica para pacientes diabéticos e/ou com hiperglicemia. Nutricionalmente completa, hipercalórica (1,5 Kcal/ml), hiperproteica (com quantidade igual ou superior a 20% do VCT), com adição de fibras. Sem sacarose e glúten. Que atenda a 100% da IDR em até cerca de 1,0 litro para vitaminas e minerais. Embalagem de 500 a 1000 ml.	Litro	1619	2000	3619	1809	R\$ 101,95	R\$ 368.957,05
10	489500335	Nutrição enteral, sistema fechado, nutricionalmente completa, oligomérica de alta absorção, normocalórica (0,9 a 1,2 Kcal/ml), normoprotéica (de 10% a 20% do VCT), com presença de TCM. Isenta de sacarose, fibras e glúten. Embalagem de 500 a 1000 ml.	Litro	1460	-	1460	730	R\$ 132,21	R\$ 193.026,60
11	489500131	Nutrição enteral, sistema fechado, nutricionalmente completa, oligomérica de alta absorção, hipercalórica (1,25 a 1,5 Kcal/ml), hiperproteica (com quantidade igual ou superior a 20% do VCT), com presença de TCM. Isenta de sacarose, fibras e glúten. Embalagem de 500 a 1000 ml.	Litro	1500	-	1500	750	R\$ 182,49	R\$ 273.735,00
12	489500336	Nutrição enteral líquida, nutricionalmente completa, para crianças, hipercalórica, densidade calórica de 1,5 cal/ml, normoproteica (proteínas até 20% do VCT), isenta de glúten, que atenda a 100% da IDR em até cerca de 1,0 litro para vitaminas e minerais. Embalagem: sistema fechado de 500ml.	Unidade	400	8000	8400	4200	R\$ 98,07	R\$ 823.788,00
13	489500338	Suplemento alimentar, industrializado, líquido, pronto para consumo nutricionalmente completo, hipercalórico (1,5 a 2,0 Kcal/ml) e hiperprotéico (com quantidade igual ou acima de 20% do VCT). Isento de glúten. Sabores variados. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada, de plástico ou cartonada, de 200ml à 250ml, conforme forma usual do fornecedor. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do litro.	Litro	1040	44000	45040	22520	R\$ 111,43	R\$ 5.018.807,20



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

Item	Netdein	Descrição	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
14	489500001	Suplemento alimentar, industrializado, líquido, pronto para consumo nutricionalmente completo, hipercalórico (2,4 a 3,2 Kcal/ml) e hiperproteico (com quantidade igual ou acima de 20% do VCT). Isento de glúten. Sabores variados. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada, de plástico ou cartonada, de 125 ml a 150ml, conforme forma usual do fornecedor. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do litro.	Litro	4310	10000	14310	7155	R\$ 259,19	R\$ 3.709.008,90
15	489500339	Suplemento alimentar, industrializado, líquido, pronto para consumo nutricionalmente completo, hipercalórico (1,5 a 2,0 Kcal/ml) e normoprotéico (de 10% a 20% do VCT). Isento de glúten. Sabores variados. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada, de plástico ou cartonada, de 200 a 250 ml. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do litro	Litro	1280	44000	45280	22640	R\$ 72,24	R\$ 3.271.027,20
16	489500264	Suplemento alimentar, industrializado, nutricionalmente completo, específico para pacientes diabéticos e em situações de hiperglicemia. Normocalórico (0,9 a 1,2 Kcal/ml), normoproteico (de 10% a 20% do VCT), baixo índice glicêmico, adição de fibras. Sem adição de sacarose e glúten. Sabores variados. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada, de plástico ou cartonada, de 200ml a 250ml. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do litro.	Litro	2892	9900	12792	6396	R\$ 91,26	R\$ 1.167.397,92
17	489500022	Suplemento alimentar, industrializado, nutricionalmente completo, de baixo índice glicêmico. Hipercalórico (1,5 Kcal/ml), com quantidade igual ou superior a 15% do VCT), com adição de fibras, sem adição de sacarose e glúten. Embalagem: O produto deverá	Litro	1950	10000	11950	5975	R\$ 89,05	R\$ 1.064.147,50



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025
SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

Item	Netdein	Descritivo	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
		estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada, de plástico ou cartonada, de 200ml a 250ml.							
18	489500337	Suplemento alimentar específico para a cicatrização de feridas, industrializado, líquido, pronto para consumo, hipercalórico, hiperproteico, com adição de arginina. Embalagem: o produto deverá estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada, de plástico ou cartonada, de 200ml à 250ml, conforme forma usual do fornecedor. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do litro.	Litro	2400	10000	12400	6200	R\$ 123,63	R\$ 1.533.012,00
19	489500149	Suplemento em pó específico para cicatrização de feridas, acrescido de peptídeos de colágeno, arginina e vitaminas envolvidas no processo de cicatrização. Embalagem em caixa com sachês de 10g a 30 g ou lata.	Kilograma	20	-	20	10	R\$ 1.240,27	R\$ 24.805,40
20	489500341	Módulo de fibras alimentares para nutrição oral e/ou enteral, constituído por mix de fibras solúveis e insolúveis. Sem glúten. Embalagem de 225 a 350g ou caixa com sachês de 5g.	Kilograma	29	40	69	34	R\$ 468,73	R\$ 32.342,37
21	489500076	Módulo de fibras alimentares para nutrição oral e/ou enteral, constituído por 100% de fibras solúveis. Embalagem de 225 a 350 g ou caixa com sachês de 5g a 10g.	Kilograma	49	40	89	44	R\$ 494,35	R\$ 43.997,15
22	489500077	Módulo de proteína em pó de alto valor biológico, sendo composto de 100% de proteína de soro do leite, de boa digestibilidade, para nutrição enteral ou oral, sem sabor. Indicado para pacientes adultos e crianças. Embalagem de 200 a 350 gramas ou caixa com sachês de 15g. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do Quilograma.	Kilograma	356	800	1156	578	R\$ 635,65	R\$ 734.811,40
23	489500298	Suplemento líquido pronto para uso oral ou enteral, hipercalórico (de 4,5 a 5 Kcal/ml), hiperlipídico (maior que 90% do VCT). Isento de proteínas e glúten. Embalagem de 120 a 200 ml.	Litro	210	580	790	395	R\$ 372,42	R\$ 294.211,80



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

Item	Netdein	Descrição	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
24	489500296	Módulo de espessante de alimentos quentes ou frios que não altera a coloração da água. Composto por Goma Xantana. Embalagem de 125 g a 350 gramas ou caixas com sachês de até 2 gramas. Para fins de padronização na cotação, deverá ser utilizado como unidade de compra o valor do Quilograma	Kilograma	40	800	840	420	R\$ 585,46	R\$ 491.786,40
25	489500139	Módulo de Probióticos ou Simbiótico, contendo no mínimo 1 cepa dos micro-organismos (Lactobacillus rhamnosus (concentração mínima de 109 UFC); Saccharomyces boulardii (concentração mínima de 250mg ou 109 UFC); Lactobacillus reuteri (concentração mínima de 108 UFC). Poderá haver associação com fibra solúvel. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem primária hermeticamente fechada na forma de Sachê contendo de 1g à 5g, conforme forma usual do fornecedor.	Kilograma	12	-	12	06	R\$ 2.082,33	R\$ 24.987,96
26	465260705	Equipo original específico para uso em bomba de infusão de dieta enteral ponta perfurante em "ponta de cruz" na proximidade distal para conexão em todos os frascos de dietas enterais industrializadas de sistema fechado, tubo uniforme em PVC, uso único descartável, atóxico, apirogênico, Ambas as extremidades deverão possuir tampa protetora; câmara de gotejamento ou clamp antirrefluxo; tubo extensor confeccionado em PVC flexível com no mínimo 2,00 metros e pinça para interrupção de fluxo, pinça rolete com corta fluxo, conector escalonado para atender a todos os diâmetros de sondas com protetor de fácil remoção, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Validade e número de registro no Ministério da Saúde. Inclui bomba de infusão em regime de comodato.	Unidade	20000	1350	21350	10675	R\$ 38,25	R\$ 816.637,50
27	465260630	Frasco em polietileno de baixa densidade, cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com dupla graduação, escala de 10 em 10 ml, boca de rosca. Tampa em polietileno com bico adaptador para equipo enteral tipo lanceta. Capacidade total do frasco: 300	Unidade	20000	30960	50960	25480	R\$ 2,90	R\$ 147.784,00



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025
SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

Item	Netdein	Descritivo	Unid. Aquisição	Qtd Hps	Qtd Dgde	Qtd Total	Qtd. Mín. Cotada (50%)	Valor Unitário	Valor Total
		ou 500ml.							

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 25.591.632,90

Nos termos do Art. 15, Parágrafo Único, do Decreto 11.462, de 31 de março de 20231, “[...] consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala”. A definição da quantidade mínima a ser cotada não implica obrigatoriedade de aquisição dos itens por parte da Administração Pública, conforme Art. 83 da Lei Federal 14.133/2021

4.2. O valor total estimado do processo em questão é **R\$ 25.591.632,90** (Vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil e seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos).

4.3. A estimativa de valores foi obtida após realização de pesquisa de mercado.

4.4. Com as quantidades pretendidas na futura licitação estima-se atender as necessidades atuais de dietas de forma realista, objetivando-se o gerenciamento adequado dos itens de maneira a evitar desperdícios e garantir que essas dietas estejam disponíveis quando necessário. Ressaltamos que sua ausência coloca em risco a garantia de uma terapia nutricional adequada à integridade dos pacientes, podendo ter consequências fatais.

4.5. Tais quantitativos incluem, ainda, a possibilidade de prorrogação de vigência das atas de registro de preços, nos termos do Decreto Municipal nº 15.857/2023, uma vez que, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) declarou que, “no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21, não se restabelecem os quantitativos inicialmente fixados na licitação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente”, os quantitativos foram ajustados à hipótese de renovação da vigência da ARP.

Vide Parecer/Consulta TCE/MG - Processo 1128010 - Publicado em 20/10/2023. Disponível em: <https://mapjuris.tce.mg.gov.br/TextualDadosProcesso/DetalhesExcerto/1128010#!>

5. DO COMODATO

5.1. A empresa vencedora deverá fornecer em regime de comodato 60 (sessenta) BOMBAS DE INFUSÃO PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, compatíveis com o item 26 da planilha especificada acima (item 4.1 deste Termo), necessárias para uso do equipo bomba de infusão nutrição enteral.



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

5.2. Será formalizado o Termo de Comodato, dada a necessidade de acompanhamento dos critérios de comodato e cuja vigência se limitará à vigência da Ata.

5.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado após o término da vigência da Ata, enquanto houver fornecimento da nutrição enteral por parte das empresas vencedoras ou enquanto houver dietas ou equipos em estoque do Serviço de Nutrição Dietética (SND).

5.3. A empresa vencedora ficará obrigada a entregar as bombas de infusão dentro de 15 (quinze) dias corridos, após o envio da primeira nota de empenho para o seguinte endereço:

Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS)
A/C Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética
Avenida Barão do Rio Branco, 3408 - Bairro Passos - Juiz de Fora (MG)
Departamento de Gestão de Demandas Especiais - DGDE/SSPGES/SS
Rua Halfeld, 1400, Paineiras, 36016-015 - Juiz de Fora MG

5.4. A empresa vencedora é a responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal do objeto em comodato, pelo prazo da vigência da ata, obrigando-se a substituí-lo, sem nenhum ônus às unidades demandantes, devendo a empresa se responsabilizar por trocas em caso de defeitos, além de providenciar manutenção e calibração, caso necessário.

5.5. A licitante vencedora deverá realizar o empréstimo de equipamento e/ou instrumental similar, caso haja necessidade de reparos com prazo igual ou superior à 30 (trinta) dias, ou encaminhamento do equipamento em comodato para manutenção nas instalações do fabricante ou de seu representante.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a aquisição ocorrerão através da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
HPS/SS			
DGDE/SSPGES/SS	10.303.0003.2288.7014	339030	1.500.009907 1.500.009908

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Todo e qualquer órgão ou entidade que esteja apto sob os moldes da lei, poderá participar do certame, obedecidas as legislações pertinentes, as condições editalícias e os critérios de habilitação.

7.2. As condições estabelecidas neste termo de referência e no edital serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial, a qual deverá mencionar explicitamente:

- 7.2.1. O preço unitário e global para cada item;
- 7.2.2. A marca e/ou modelo do produto ofertado;



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

7.2.3. O prazo de validade da proposta, que será de no mínimo **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data marcada para sua abertura;

7.2.4. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada;

7.2.5. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura com o devido atesto e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil (DOFIC/SSPGES/SS), creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (banco/ag./conta corrente/localidade), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante.

8.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

8.3. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

8.4. No caso da não apresentação da documentação ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação por sistema de registro de preços, fica a Secretaria de Saúde (SS) autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

8.5. A Secretaria de Saúde (SS) poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada por força da contratação.

8.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **8.5**, não correrá juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

8.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A licitante vencedora deverá apresentar as seguintes certidões para a qualificação técnica:

9.1.1. Alvará Sanitário vigente, devidamente atualizado e válido, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal da sede da empresa, compatível com o objeto

da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer, nos termos do item 4.4.1 da Portaria 272, de 8 de abril de 1998³.

§1º Caso o Alvará Sanitário esteja VENCIDO, a empresa deverá apresentar a certidão de registro vencida e o respectivo pedido de revalidação junto ao órgão responsável.

9.1.2. Registro ou Notificação Simplificada ou Certificado de Dispensa de Registro, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme disposições da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, devendo ser apresentado de forma legível e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de cópia autenticada do registro na Anvisa, publicado no Diário Oficial da União (DOU), grifando o número relativo a cada produto cotado, ou cópia emitida eletronicamente pelo sítio da ANVISA.

§1º Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, nos termos e prazos estabelecidos pela legislação vigente, acompanhada de cópia do registro vencido, sendo que a não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado, ou Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para os itens em que essa documentação se aplique.

9.1.3. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido por órgão Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

9.1.4. Os números de Registros/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

9.2. Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para o HPS/SS, caso o mesmo não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos, caso a proponente seja vencedora do certame.

9.3. Da habilitação fiscal

9.3.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da pretensa contratada, pertinente à atividade empresarial objeto desta contratação direta.

9.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

9.3.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

³ A portaria regulamenta os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral. O item 4.4.1 informa que as Unidades Hospitalares (UH) e Empresas Prestadoras de Bens e/ou Serviços (EPBS) que queiram se habilitar à prática de Terapia de Nutrição Parenteral deverão contar com “farmácia com licença de funcionamento concedida pelo órgão sanitário competente”. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs1/1998/prt0272_08_04_1998.html

9.3.5.1 Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

9.3.5.1.1 Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

9.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto –Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.3.7 A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.3.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4 Da habilitação social e trabalhista:

9.4.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

9.4.2 Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

10. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

10.1. Antes de concluir pela aceitabilidade dos itens, o HPS/SS se reserva no direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica.

10.1.1. Da necessidade de exigência de amostras:

- As amostras serão exigidas com o objetivo de avaliar a composição do produto, conferindo se este atende às exigências do edital, bem como quanto a compatibilidade de acordo com o resultado do processo licitatório.
- Objetiva-se ainda verificar a solubilidade do produto, diluição, rendimento e palatabilidade dos suplementos e módulos orais, visto que são de consumo oral para diversas faixas etárias.
- Verificar as características organolépticas do produto, sendo estas propriedades importantes para a avaliação do estado de conservação de alimentos e produtos destinados ao consumo humano, principalmente para enfermos.
- Verificar a embalagem e rotulagem do produto de acordo com o identificado no processo licitatório e conforme as recomendações da ANVISA.

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

10.2. A entrega das amostras deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis, após solicitação do HPS, no mesmo endereço indicado no item **12.2.1** deste termo.

10.3. Quando solicitado, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar a(s) amostra(s) do item cotado devidamente identificada(s) quanto ao número do processo, nome da empresa e o número do item a que se refere.

10.4. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser apresentada(s) em quantidade adequada e em embalagem original de fábrica, com as mesmas especificações do item a ser fornecido, obedecendo à legislação pertinente no que tange às suas especificações físicas, químicas, biológicas, microbiológicas, bem como de nomenclatura, acondicionamento, rotulagem, embalagem e de segurança.

10.5. Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço citado no item **12.2.1**, o licitante deverá enviar o código de rastreamento referente ao envio/postagem da citada amostra para o endereço do e-mail nutricaohps@pjf.mg.gov.br

10.6. Este prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa aceita pelo HPS/SS desde que a postagem da amostra tenha sido efetuada dentro do prazo contido no item anterior quando o código de rastreamento também deverá obrigatoriamente ser enviado para o endereço de e-mail nutricaohps@pjf.mg.gov.br.

10.6.1. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) Nome da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Itens postados;
- d) Telefone para contato;
- e) Número do Pregão;
- f) Data da postagem.

10.7. A Coordenação de Nutrição do HPS/SS se reserva ao direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, folders e/ou manual de qualquer item cotado, de qualquer empresa participante do processo, obedecendo à ordem de classificação, para aferir se os materiais/medicamentos propostos atendem as especificações contidas no Edital.

10.8. A metodologia de avaliação técnica consiste de etapas que estão descritas abaixo:

10.8.1. Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes à licitante e ao produto, bem como se a proposta apresentada atende ao Edital. Inclui-se nesta etapa a necessidade de apresentação de documentos em cumprimento a alguma norma regulamentadora (como resolução da ANVISA ou Certificado de Aprovação – CA) relativa àquele material e em caso afirmativo, se o item ofertado a atende;

10.8.2. Verificar se a amostra enviada atende ao descritivo do Edital, bem como se corresponde à proposta apresentada;

10.8.3. Avaliar tecnicamente a amostra no que tange à qualidade, se o objetivo de uso será alcançado sem prejudicar o paciente e o usuário e sem comprometer a técnica, dentre outros pontos;

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

10.8.4. Verificar se o item ofertado possui alguma restrição na ANVISA (De acordo com a legislação e normas vigentes), ou se o item/produto não se adapta ao uso cotidiano no HPS/SS (Mediante as especificidades de cada setor). Dessa forma, o não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação;

10.8.5. Visando garantir que os suplementos sejam seguros e eficazes para o consumo dos pacientes, além de minimizar desperdícios e otimizar os recursos, os suplementos e módulos orais serão avaliados pela unidade requisitante, que verificará a palatabilidade, aplicabilidade e o rendimento dos produtos.

10.8.6. O licitante que deixar de cumprir o prazo de envio das amostras indicado acima será automaticamente desclassificado deste processo licitatório;

10.8.7. A quantidade mínima das amostras de cada item deverá ser de 2 (duas) unidades, destinando-se 1 (uma) unidade para avaliação técnica e 1 (uma) unidade para comparação com o item correspondente, no momento da sua respectiva entrega.

10.8.8. As amostras exigidas para avaliação não serão devolvidas posteriormente.

11. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

11.1. Não serão recebidos materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas.

11.2. Os materiais deverão apresentar nas embalagens: data de fabricação, data de vencimento e número de lote.

11.3. Somente serão aceitos os materiais que estiverem no prazo de validade mínima de 06 (seis) meses, contados a partir do dia da entrega no HPS/SS e DGDE/SSPGES/SS.

11.4. Os materiais com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.

11.5. A aceitação de entrega do produto com validade abaixo do exigido no item **11.3** ficará condicionado à avaliação técnica do demandante de acordo com a avaliação do estoque do produto no momento.

11.6. Nos casos em que o licitante vencedora não puder atender com a marca do produto vencedor do certame, deverá encaminhar uma solicitação de troca de marca para análise do setor demandante.

11.7. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido.

11.8. Não será aceito imposição de faturamento mínimo na proposta.

11.9 Não será permitida a subcontratação de serviços ou fornecimentos objeto deste Termo de Referência, sem a prévia autorização por escrito da contratante.

11.9.1 Caso seja identificada qualquer forma de subcontratação não autorizada, a contratante reserva-se o direito de rescindir o contrato e aplicar as penalidades cabíveis.

12. CONDIÇÕES PARA A ENTREGA

12.1. O prazo de entrega dos objetos será de 15 (quinze dias) corridos após requisição da unidade demandante, em QUANTITATIVOS TOTAIS OU PARCELADOS, conforme solicitação da Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do HPS/SS e do DGDE/SSPGES/SS.

12.2. Os locais de entrega dos itens são:

12.2.1. **Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS)** - A/C Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética - Avenida Barão do Rio Branco, 3408 - bairro Passos - Juiz de Fora (MG) - Horário para entrega: De segunda a sexta-feira, das 08h às 18h - Agendamento prévio pelo telefone (32) 3690-8117;

12.2.2. Departamento de Gestão de Demandas Especiais (DGDE/SSPGES/SS) - Rua Halfeld, 1400, Paineiras, 36016-015 - Juiz de Fora MG.

12.3. Os objetos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, conforme especificado, a fim de não sofrer variações na estrutura durante o transporte.

12.3.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) com a(s) embalagem(ns) em perfeito estado e nas condições de temperatura exigidas no rótulo.

12.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser retirados e substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.4.1. Caso a rejeição ocorra no ato da entrega, o fornecedor deverá providenciar a imediata remoção dos materiais/dietas e/ou suplementos rejeitados.

12.5. A entrega dos materiais pelo fornecedor e o recebimento pelos departamentos não implica em sua aceitação.

12.5.1. O material, mesmo que tenha sido entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a preexistência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do mesmo.

12.5.2. Será de responsabilidade do fornecedor, o recolhimento de produtos por determinação da ANVISA.

12.5.3. O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da má execução do contrato ou por vícios ocultos que venham a ser descobertos posteriormente.



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

12.6. A dieta e o suplemento fornecido deverão apresentar validade mínima de 06 (seis) meses, contados a partir do dia da entrega às unidades demandantes.

12.7. As empresas licitantes não poderão apresentar dietas enterais em quantidades menores do que as quantidades solicitadas e estabelecidas neste Termo de Referência.

12.8. Deverá constar na nota fiscal, emitida em 02 (duas) vias, o(s) número(s) do(s) lote(s), validade(s), quando for o caso, a marca do(s) material(is)/medicamento(s) que estão sendo entregues, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência. O não cumprimento acarretará na recusa do recebimento.

12.9. Se no ato da entrega das dietas e/ou suplementos a nota fiscal/fatura não for aceita pela unidade demandante devido à irregularidade em seu preenchimento, ela será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

12.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.11. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e fornecimento dos produtos, a empresa deverá fornecer os documentos abaixo listados sempre que solicitados pela contratante:

1. Alvará sanitário vigente, expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede do licitante. Estando o Alvará Sanitário vencido, deverá ser comprovada a solicitação de renovação junto ao respectivo órgão de vigilância. Caberá ao licitante provar que está exercendo atividade comercial em conformidade com a legislação sanitária de sua localidade;

2. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido por órgão Estadual ou Municipal, da sede do licitante;

3. Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no Diário Oficial da União (DOU), grifando o número relativo a cada produto cotado ou Cópia emitida eletronicamente pelo sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

13. DEVERES DA CONTRATANTE

13.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento.

13.2. Conferir se o fornecimento do produto está de acordo com o inicialmente proposto, embora a licitante vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas estabelecidas.



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

13.3. Proporcionar condições à licitante vencedora para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

13.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

13.5. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor responsável da fiscalização.

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

13.7. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

13.8. Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de 2 (duas) vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, no endereço eletrônico www.nfe.fazenda.gov.br.

14. DEVERES DA CONTRATADA

14.1. Entregar os produtos objeto deste Termo de Referência, segundo as necessidades e requisições da Unidade Hospitalar Requisitante.

14.2. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Saúde/PJF.

14.3. Atender de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda o especificado.

14.4. Entregar o produto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

14.5. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Secretaria de Saúde (SS) o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

14.6. Comunicar imediatamente a Unidade de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

14.7. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do produto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

14.8. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a SS de quaisquer ônus e responsabilidades.

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

14.9. Manter durante toda a vigência da ata em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.10. Todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação dos equipamentos em comodato) serão de responsabilidade da licitante vencedora sem ônus.

14.11 A contratada deverá fornecer produtos que obedecem as normas vigentes da ANVISA, tais como:

- RDC 243/2018 (Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares);
- IN 28/2018 (Dispõe sobre as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares);
- IN 281/2024 (Estabelece a forma de regularização das diferentes categorias de alimentos e embalagens, e a respectiva documentação que deve ser apresentada);
- RDC 843/2024 (Dispõe sobre a regularização de alimentos e embalagens sob competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) destinados à oferta no território nacional).

14.12. Substituir o produto fornecido, sem ônus para o HPS/SS, caso o mesmo não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

15. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 117 da Lei 14.133/21, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

15.2. As Unidades Requisitantes atestarão, no documento fiscal correspondente, a conferência do fornecimento nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade das Unidades Requisitantes, seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n. 14.133/21.

15.4. Os representantes das Unidades Requisitantes anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. PENALIDADES

16.1. Os casos de inexecução do objeto, por erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/21, das quais destacam-se:

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Subsecretaria de Licitações e Compras (SSLICOM/**SELICON STDA**) todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

16.2.1 Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

16.3 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

16.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 16.1, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

16.4.1 Da aplicação da penalidade definida na alínea “d” do item 16.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

17. VIGÊNCIA

17.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município - DOM, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Decreto Municipal 15.857/2023.

18. FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

18.1. Nos termos do Artigo 13 do Decreto Municipal nº 15.857, de 17 de abril de 2023, é prevista a formação de cadastro de reserva pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor.

18.1.1. A classificação dos integrantes do cadastro de reserva obedecerá à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas ou do resultado final da fase de lances.

18.2. A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva ocorrerá quando:

- a. O licitante vencedor for convocado e não assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) no prazo e condições estabelecidos, e
- b) Houver cancelamento total ou parcial do registro de preços do licitante detentor da ARP.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e eventual solicitação de apresentação de amostra será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

19. REAJUSTE

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025
SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

ANEXO I.I – LAUDO TÉCNICO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS

Empresa:				
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	OBSERVAÇÕES	PARECER



ANEXO I.II - MODELO DE CONTRATO DE COMODATO

CONTRATO DE COMODATO DE EQUIPAMENTO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE, E EMPRESA XXXXX.

O **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.338.178/0001-02, com sede na Avenida Brasil, nº 2001, centro, CEP 30.060-010, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Sr., brasileira, inscrita no CPF nº, por delegação de competência do Sra. Prefeita, nos termos do artigo 1º, do Decreto municipal nº 12.406/15, doravante denominado **COMODATÁRIO**, com interveniência da **Secretaria de Saúde – SS**, estabelecida na Avenida Brasil, nº 2001, CEP 30.060-010, nesta cidade e a empresa XXXXXX, estabelecida na rua XXXX, nº XX, Bairro: XXXXX, CEP: XXX, Cidade: XXXX, CNPJ nº XXXX, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **COMODANTE**, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 145/2025, conforme consta do processo administrativo eletrônico nº 17.509/2025, firmam o presente contrato obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.635/2022, Decreto Municipal nº 16.962/2025 e Decreto Municipal nº 15.857/2023 e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A Detentora do Registro de Preços deverá fornecer os seguintes equipamentos em regime de COMODATO e em modelos novos:

a) Especificações do equipamento:

- 60 (sessenta) Bombas de Infusão para administração de dieta enteral compatíveis com o item *Equipo original específico para uso em bomba de infusão de dieta enteral ponta perfurante em "ponta de cruz" na proximidade distal para conexão em todos os frascos de dietas enterais industrializadas de sistema fechado, tubo uniforme em PVC, uso único descartável, atóxico, aprotéico, Ambas as extremidades deverão possuir tampa protetora; câmara de gotejamento ou clamp antifluxo ; tubo extensor confeccionado em PVC flexível com no mínimo 2,00 metros e pinça para interrupção de fluxo, pinça rolete com corta fluxo, conector escalonado para atender a todos os diâmetros de sondas com protetor de fácil remoção, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico.*

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, por ser do conhecimento das partes:

a) o Termo de Referência que embasou a contratação;

b) o instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação;

- c) a Proposta da Contratada; e
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O comodato ora previsto tem caráter acessório e vinculado ao fornecimento objeto da Ata de Registro de Preços n., especificamente ao produto especificado no **item 26**, não podendo ser executado de forma autônoma e dissociada da entrega prevista no Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - INTEGRANTE DO COMODATO

2.1. Todos os custos de manutenção dos equipamentos em comodato (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação, bem como a mão de obra para sua instalação) serão de responsabilidade da contratada durante todo o período do contrato.

2.2. A contratada deverá realizar o empréstimo de equipamento similar, caso haja necessidade de reparos com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias ou encaminhamento dos equipamentos em comodato, para manutenção nas instalações do fabricante ou de seu representante.

2.3. A contratada deverá fornecer assessoria técnica científica aos servidores do hospital no manuseio dos equipamentos.

2.4. A comodante é a responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos em comodato e peças, obrigando-se a substituir o equipamento, sem nenhum ônus à comodatária, no prazo máximo de até 48 horas, a contar da solicitação do Fiscal do contrato. A comodante deverá indicar o técnico responsável pelo atendimento no caso da necessidade de substituição do equipamento, bem como e-mail e telefone para contato

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

3.1. Os itens deverão ser entregues nos locais abaixo:

- Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS), A/C Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética situado Avenida Barão do Rio Branco, 3408 - bairro Passos - Juiz de Fora (MG) - Horário para entrega: De segunda a sexta-feira, das 08h às 18h - Agendamento prévio pelo telefone (32) 3690-8117.
- Departamento de Gestão de Demandas Especiais - DGDE/SSPGES/SS
Rua Halfeld, 1400, Paineiras, 36016-015 - Juiz de Fora MG

3.2. Em caso de dúvidas em relação à entrega, a empresa poderá contatar a Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética do HPS através do telefone (32) 3690-8117.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS EM

COMODATO

4.1. A assistência técnica, manutenção e reposição de peças no(s) equipamento(s) fornecidos em comodato serão de responsabilidade da contratada e serão realizados sem nenhum ônus para a Secretaria de Saúde.

4.2. Ao final de cada visita técnica a contratada deverá emitir o relatório respectivo, em duas vias, informando as ocorrências, providências adotadas, pendências, se for caso, e entregar uma via à Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética ou seu substituto, colhendo sua assinatura e preenchendo a ficha VIDA de cada equipamento.

4.3. Na execução dos serviços de manutenção, a contratada deverá utilizar peças novas, genuínas, todas com garantia e nos trabalhos de limpeza, lubrificação e reparos deverão ser empregados somente acessórios, produtos de limpeza e lubrificantes recomendados pelo fabricante do(s) equipamento(s) em comodato.

4.4. O alto índice de defeitos e paralisações de algum equipamento acondicionado será considerado, a critério da Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética, motivo para rescisão da Ata Registro de Preços, haja vista que, para a adequada utilização de dietas enterais em sistema fechado, é necessário o pleno funcionamento dos equipamentos em comodato.

4.5. Será considerado alto índice de defeitos e paralisações de equipamento quando o mesmo apresentar 03 (três) paradas totais em 30 (trinta) dias, com todos os registros e relatórios devidamente preenchidos com as ocorrências.

4.6. A retirada de qualquer unidade/equipamento/componente das dependências da unidade requisitante pela contratada, obedecerá aos procedimentos regulamentares internos de segurança da unidade de saúde e deverá, obrigatoriamente, ser precedida de autorização por escrito do Fiscal da Ata de Registro de Preços e/ ou do Coordenador do Serviço de Nutrição e Dietética.

4.7. Os custos decorrentes da retirada do(s) equipamento(s) correrão por conta e risco exclusivo da contratada.

4.8. A contratada deverá realizar a manutenção corretiva no(s) equipamento(s) em comodato, observando as seguintes condições:

a) Prestar assistência técnica de acordo com os manuais e normas técnicas do fabricante do(s) equipamento(s), efetuando-se os necessários ajustes, reparos e substituições de peças, acessórios e componentes, sem ônus adicionais para a PJF;

b) A necessidade do atendimento “in loco” ocorrerá em até 24 horas após abertura do chamado, preferencialmente, de segunda a sexta em horário comercial;

c) Fornecer contato direto, preferencialmente via telefone (0800 ou similar), com a assistência técnica e científica;

d) Todas as chamadas de manutenção corretiva dos equipamentos objeto do comodato, serão efetuadas pela equipe técnica do Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do HPS.

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

e) Declaração, descrevendo a frequência de manutenções e serviços realizados, sendo que os materiais / insumos utilizados para este fim deverão ser fornecidos gratuitamente à contratante;

f) Relação de todos os materiais / insumos utilizados, contendo a marca de cada um deles e informações técnicas para confirmação.

4.9. A contratada deverá realizar a manutenção preventiva no(s) equipamento(s) em comodato, se necessário, com a periodicidade recomendada pelo fabricante com agendamento prévio com a área técnica.

4.10. As manutenções preventivas, se necessário, nos equipamentos em comodato devem ser realizadas de forma independente entre um e outro, a fim de garantir que a rotina das manutenções preventivas não prejudiquem a rotina de atendimento das unidades demandantes.

4.11. A manutenção de rotina dos equipamentos poderá ser de responsabilidade dos profissionais do município e operadores após o devido treinamento.

4.12. Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade evitar a ocorrência de defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante dos mesmos.

4.13. A manutenção preventiva será efetivada pela contratada, conforme cronograma que deverá ser encaminhado ao Serviço de Nutrição e Dietética (SND).

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

5.1. Fornecer manuais de operação originais e atualizados dos equipamentos e também traduzidos fielmente para a língua Portuguesa, podendo ser disponibilizadas adicionalmente traduções resumidas na forma de instruções de operação, não substituindo os manuais originais.

5.2. Fornecer treinamento operacional dos equipamentos quando solicitado pela Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética.

5.3. Ao final do contrato, caso existam dietas a serem utilizadas, os equipamentos deverão permanecer no Serviço de Nutrição e Dietética do HPS, sem ônus para a contratante. Também deverão ser fornecidos os consumíveis necessários e manutenções corretivas e preventivas, se necessário, para a utilização dos mesmos.

5.4. A COMODATÁRIA se compromete expressamente à:

a) defender e fazer valer os direitos de propriedade da COMODANTE sobre o EQUIPAMENTO de Bombas de Infusão;

b) notificar incontinenti a COMODANTE de qualquer violação ou tentativa de violação, por terceiros, dos direitos de propriedade da COMODANTE sobre o EQUIPAMENTO.

5.5. A COMODATÁRIA responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes da utilização do EQUIPAMENTO, não importando que os cause, exceto se os causadores forem prepostos da própria

TERMO DE REFERÊNCIA 001/2025

SRP - Aquisição de Dietas Enterais, Suplementos/Módulos Nutricionais e Equipos de Infusão de Dietas
Secretaria de Saúde (SS)

COMODANTE, e que resultem no descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato.

5.6. O não pagamento dos produtos por parte da COMODATÁRIA, no seu vencimento dará a COMODANTE o direito de solicitar a rescisão prevista no item.

5.7. Em caso de rescisão deste contrato, a COMODANTE poderá retirar o objeto do COMODATO, dando à COMODATÁRIA, por este instrumento, os mais amplos poderes que forem para tanto necessários inclusive o de pedir proteção possessória, por via judicial, admitindo expressamente o direito da COMODANTE de ser reintegrada "initio litis", independente de anuência da COMODATÁRIA. A COMODANTE poderá então, dispor como bem entender do objeto deste COMODATO, inclusive, vendendo-o a terceiros.

5.8. Obriga-se a COMODATÁRIA a devolver os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, tal como lhe foram entregues.

5.9. A COMODATÁRIA não poderá ceder e nem transferir a terceiros os direitos objeto do presente instrumento e comunicará à COMODANTE, por escrito, quaisquer modificações em seus Estatutos ou Contrato Social.

5.10. Fica eleito o foro da cidade de Juiz de Fora, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste Contrato.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente contrato de COMODATO, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura de Juiz de Fora, _____ de _____ de _____

Secretário de Saúde – SS/PJF

Comodante